

Boletim Informativo

NPSC2

Em solenidade conduzida por seu presidente, TRF2 entrega certificados a novos conciliadores e mediadores judiciais



O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) entregou, na quarta-feira (25/6), certificados aos novos conciliadores e mediadores judiciais. A ação aconteceu após capacitação realizada por meio da Escola de Mediação do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região (NPSC2). Os formandos e formandas receberam seus diplomas das mãos do presidente do TRF2, desembargador federal Luiz Paulo da Silva Araújo Filho, que conduziu a solenidade; do diretor-geral do NPSC2, desembargador federal Luiz Antonio Soares; da juíza federal auxiliar da Presidência do TRF2, Marcella Araújo da Nova Brandão; e da coordenadora da Escola de Mediação, juíza federal Karina de Oliveira e Silva Santiago.

Novos mediadores e conciliadores recebem certificado em cerimônia no auditório do TRF2
(Foto: André Camodego)

Em sua fala, o presidente Luiz Paulo da Silva Araújo Filho lembrou que o movimento em favor da conciliação judicial no Brasil deriva de um debate no meio acadêmico e nas instituições jurisdicionais iniciado no final da década de 1990 e princípio dos anos 2000. Entendida como uma estratégia para prevenir e enfrentar o excesso de litigiosidade e o acúmulo processual, a conciliação e a mediação passaram a ser valorizadas como um modelo mais eficaz, célere e inclusivo de resolução de demandas, em que as partes assumem o protagonismo.

O desembargador concluiu seu breve discurso agradecendo aos novos parceiros e parceiras do programa de métodos consensuais de solução de conflitos do TRF2 e desejando-lhes sucesso em sua atuação: “Com a colaboração das senhoras e dos senhores esperamos poder proferir menos sentenças no âmbito do contencioso e mais sentenças homologatórias de acordos”, desejou.

Na sequência, falou o diretor-geral do NPSC2. Luiz Antonio Soares observou que, desde a sua criação,

em 2021, a Escola de Mediação da 2ª Região habilita alunos para atuação nos 22 Centros Judiciais de Solução de Conflitos e Cidadania das capitais e interior do Rio de Janeiro e do Espírito Santo: “As matérias tratadas nessas unidades são complexas e sensíveis para sociedade, envolvendo matérias pre-

videnciária, de saúde pública e fundiárias, dentre outras”, ressaltou.

Organizados e estruturados de acordo com as diretrizes da Resolução nº 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os cursos de formação de mediadores e de conciliadores do TRF2 têm progra-

ma de aulas teóricas e de estágio supervisionado, com participação em audiências. Aprovados e aprovadas em todas as disciplinas e no treinamento prático passam a fazer parte do Cadastro Nacional de Mediadores Judiciais e Conciliadores do CNJ. O trabalho é realizado de forma voluntária.



Karina de Oliveira e Silva Santiago, Luiz Paulo da Silva Araújo Filho, Luiz Antonio Soares e Marcella Araújo da Nova Brandão
(Foto: André Camodego)



Formanda recebe certificado pelas mãos do presidente do TRF2, desembargador federal Luiz Paulo da Silva Araújo Filho
(Foto: André Camodego)

TRF2 recebe alunos do Curso de Formação de Mediadores Judiciais para o primeiro encontro presencial

A Escola de Mediação da 2ª Região promoveu, na quinta-feira (26/6), o primeiro encontro presencial com os alunos do Curso de Formação de Mediadores Judiciais, no auditório do 3º andar da sede do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), no Centro do Rio de Janeiro. A aula foi conduzida pela juíza federal convocada em auxílio ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região (NPSC2), Karina de Oliveira e Silva Santiago, e abordou os conceitos fundamentais da mediação.

Durante a apresentação, a magistrada refletiu sobre o atual cenário de judicialização no Brasil que, de acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), contabiliza mais de 80 milhões de processos em andamento. Diante desse panorama, destacou a criação de soluções alternativas,

como a atuação de cartórios em matérias que anteriormente eram levadas ao Judiciário e a instituição da arbitragem, na qual as partes escolhem um árbitro para resolver a demanda sem recorrer ao Judiciário.

A mediação e a conciliação, por sua vez, passaram a ganhar destaque a partir de estudos desenvolvidos nos Estados Unidos, que propuseram o modelo de “Justiça multiportas”, um sistema que oferece diferentes alternativas de resolução conforme as necessidades específicas das partes, indo além da prolação de uma sentença judicial. Em seguida, a instrutora discorreu sobre as importantes discussões em torno da autocomposição no Brasil, com a promulgação de normas que deram efetiva visibilidade ao tema, como o Código de Processo Civil (CPC), a Lei de Mediação e, em es-

pecial, a Resolução nº 125/2010 do CNJ, que estabeleceu a mediação e a conciliação como política pública nacional para o tratamento adequado dos conflitos.

A juíza federal Karina Santiago também abordou os princípios essenciais para a boa condução das audiências de mediação, como a oralidade, a informalidade, o empoderamento das partes, a confidencialidade e a decisão informada. “Ao contrário da tutela jurisdicional, em que o juiz conhece o direito e decide; na conciliação, a solução é construída pelas próprias partes. Nesse contexto, o papel do mediador é essencial como facilitador da comunicação, ajudando a criar um ambiente propício para que elas encontrem, juntas, o melhor caminho para resolver o conflito”, concluiu.



Aula sobre fundamentos da mediação ministrada pela juíza federal Karina Santiago
(Foto: Fernando dos Santos)

SOBRE O CURSO

O Curso de Formação de Mediadores Judiciais é uma iniciativa da Escola de Mediação da 2ª Região, vinculada ao NPSC2, e tem o objetivo de capacitar profissionais para utilizarem com eficiência os métodos autocompositivos, com ênfase na mediação judicial. A etapa teórica, com término previsto para o dia 29 de agosto, conta com carga horária total de 61 horas e possui formato híbrido com aulas online e presenciais. Já a etapa prática, com 60 horas de estágio supervisionado, será realizada em sessões reais de mediação nos Centros Judiciais de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc).

O conteúdo programático inclui diversos tópicos relacionados ao tema, como a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos, a teoria do conflito e formas de tratamento, competências comunicacionais do mediador, etapas da audiência de mediação e técnicas associadas, estrutura, organização e funcionamento dos Cejusc, áreas de utilização da conciliação e da mediação, entre outros. Ao final do curso, os alunos deverão apresentar um trabalho conclusivo, que poderá ser um estudo de caso, um projeto de rotina ou um artigo sobre temas trabalhados ao longo da formação.

NPSC2: Novos juízes federais recebem capacitação sobre conciliação e mediação

Os 36 (trinta e seis) juízes e juízas federais substitutos aprovados no 18º Concurso Público do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) participaram, entre os dias 2 e 6 de junho, de capacitação sobre conciliação e mediação promovida pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NPSC2). A atividade faz parte do Curso de Formação Inicial (CFI), organizado pela Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região (Emarf).

Durante o treinamento, as juízas federais convocadas em auxílio ao NPSC2 Karina de Oliveira e Silva Santiago, Cristiane Conde Chmatalik e Aline Alves de Melo Miranda Araújo destacaram temas relacionados à conciliação na Justiça Federal. Foram apresentados o histórico das primeiras experiências na área, os mutirões em processos previden-

ciários e habitacionais, além da criação dos Centros Judiciais de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc). Os participantes receberam orientações sobre as matérias conciliáveis na Justiça Federal, a importância da formação contínua de conciliadores, que têm na Escola de Mediação da 2ª Região uma referência na realização de cursos, e também sobre técnicas que podem ser utilizadas nas audiências para que as partes possam estabelecer uma comunicação adequada em prol da resolução do conflito.

Além das magistradas do NPSC2, participaram da formação a juíza federal Ana Carolina Vieira de Carvalho, coordenadora do Cejusc-Ambiental e presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável; a juíza federal Bianca Stamato Fernandes, coordenadora do Núcleo de Justi-

ça Restaurativa; o juiz federal Ian Legay Vermelho, coordenador do Cejusc-Rio; a servidora Danielle Cruz Freire de Carvalho, coordenadora do NPSC2; e a servidora Silvana Godoi Câmara, coordenadora do Cejusc-Rio.

O Curso de Formação Inicial é composto por 18 módulos e contempla temas como elaboração de sentenças, realização de audiências, técnicas de conciliação, psicologia judiciária, uso de tecnologias no Judiciário, relações institucionais, impacto social das decisões judiciais, entre outros. Também estão previstas visitas técnicas a instituições parceiras da Justiça Federal.

As aulas fazem parte da formação obrigatória dos novos magistrados, cuja grade contempla 512 horas de capacitação, sendo 240 destinadas à prática jurisdicional, a ser concluída em julho.



Capacitação promovida pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - NPSC2 (Foto: Divulgação)

Centro de Solução de Conflitos da JFES completa 14 anos de instalação



CEJUSC-Vitória completou 14 anos de instalação (Foto: TRF2)

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) do Espírito Santo completou na segunda-feira (16/6), 14 anos de instalação. O órgão tem a responsabilidade de promover métodos alternativos de resolução de conflitos, como a conciliação, com o objetivo de resolver disputas de forma ágil e eficiente, diminuindo a carga de trabalho das Varas e facilitando o acesso à justiça para os cidadãos. Dessa forma, a unidade atua não apenas como facilitador na resolução de conflitos, mas também como componente crucial dentro do sistema judicial mais amplo, ajudando a promover uma justiça mais ágil, acessível e eficiente no estado do Espírito Santo. O Cejusc-Vitória opera na interlocução com representantes das autarquias, órgãos públicos e entidades públicas para planejar, implementar, manter e aperfeiçoar as ações voltadas para conciliação.

Além disso, atua na conciliação com audiências fixas semanais da

seguinte forma:

- Nos processos das Subseções – de forma virtual;
- Nos processos dos Juizados da Capital e Vara de Serra;
- Nos processos previdenciários;
- Nos processos das Varas cíveis: de forma híbrida e virtual

Solução mais rápida

A conciliação contribui para reduzir a sobrecarga do Judiciário, especialmente em ações repetitivas. No Espírito Santo, o trabalho desenvolvido pelo Cejusc-Vitória busca oferecer respostas mais rápidas aos jurisdicionados, como nos casos relacionados aos expurgos de poupança, ações essas que tramitam por longos anos. A unidade também atua na garantia de direitos previdenciários, considerando que grande parte dos segurados é formada por pessoas idosas, com deficiência ou em situação de vulnerabilidade social. A conciliação

proporciona um desfecho mais célere, evitando a judicialização excessiva, a tramitação prolongada e os custos adicionais do processo.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

O INSS também se beneficia dos acordos obtidos por meio da conciliação. Assim, os processos previdenciários conciliados resultam em ganhos mútuos: favorecem os segurados, que dependem do benefício para sua subsistência, e otimizam os recursos do Judiciário e da própria autarquia federal. Em 2024, o Cejusc-Vitória atuou em 220 processos previdenciários, alcançando índice de acordos de 78,05%. Em 2025, até o momento, já foram realizadas 171 audiências nessa área, com 86,13% de resoluções consensuais. Considerando todas as matérias, o Centro capixaba realizou, neste ano, 712 audiências que resultaram em 60,46% de acordos homologados.

HISTÓRICO DE 2011 A 2025



ESTÁTÍSTICA PROCESSUAL

AUDIÊNCIAS REALIZADAS	ACORDOS HOMOLOGADOS	PESSOAS ATENDIDAS	AUDIÊNCIAS DESIGNADAS
13.025	7.299	38.498	16.442

ESTÁTÍSTICA PRÉ-PROCESSUAL

AUDIÊNCIAS REALIZADAS	ACORDOS HOMOLOGADOS	VALOR CONCILIADO (R\$)
2.193	1.974	3.714.581

Dados demonstram efetividade do trabalho realizado pelo Cejusc-Vitória (Arte: Cejusc-Vitória)

CEJUSC-Rio realiza mutirão de audiências presenciais durante a Semana Nacional dos Juizados Especiais



Gabriela Rocha de Lacerda Abreu, Ian Vermelho, Roberto Correa, Karina Santiago e Renato Pessanha (Foto: Cejusc-Rio)

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Rio de Janeiro (Cejusc-Rio) promoveu, entre os dias 3 e 5 de junho, um mutirão de audiências presenciais como parte da programação da 2ª edição da Semana Nacional dos Juizados Especiais, iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A ação resultou no atendimento de 273 pessoas, com a realização de 72 audiências e a homologação de 90 acordos.

A abertura foi realizada na terça-feira (3/6), no Fórum da Av. Rio Branco. Estiveram presentes à cerimônia o diretor do Foro da SJRJ, juiz federal Renato Pessanha; a representante da direção geral do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região, juíza federal Karina de Oliveira e Silva Santiago; a coordenadora técnica da II Semana Nacional dos Juizados Especiais e Gestora das Turmas Recursais da

SJRJ, juíza federal Gabriela Rocha de Lacerda Abreu; o coordenador do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania do Rio de Janeiro, juiz federal Ian Legay Vermelho; e o representante da Gerência Jurídica da Caixa Econômica Federal no Rio de Janeiro, Roberto Musa Correa.

O representante da Caixa Econômica, Roberto Musa Correa, destacou a parceria entre as instituições. "A Caixa, mais uma vez, está presente na Semana Nacional de Conciliação. É uma parceria com o Poder Judiciário em busca da redução do acervo e da melhoria da prestação jurisdicional. A Caixa assume o seu papel de proporcionar à Justiça Federal soluções mais céleres. Contem conosco, estamos à disposição para o que for preciso", afirmou.

Em seguida, o juiz federal Ian Vermelho falou sobre a importância

do diálogo com as outras instituições. "É com grande prazer que damos início a essa Semana de Conciliação. O sucesso das políticas de conciliação passa muito pelas conversas interinstitucionais. Já percebemos que a Caixa é uma grande parceira e ficamos felizes em saber que temos esse diálogo aberto", disse.

Na sequência, a juíza federal Gabriela Abreu agradeceu aos magistrados Ian e Karina por organizarem a Semana de Conciliação dentro da Semana Nacional dos Juizados, "já que a conciliação é uma das vertentes do Juizado, que preza pela simplicidade e celeridade", lembrou. Finalizando o evento, a juíza federal Karina Santiago se disse feliz por voltar ao lugar onde trabalhou por mais de seis anos e desejou que a Semana de Conciliação seja muito produtiva.

QUEM SOMOS

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região (NPSC2) é responsável, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), pelo planejamento e estruturação dos métodos não-adversariais de solução de conflitos nas demandas entre cidadãos e entes públicos. O órgão tem a função primordial de promover a cultura da paz social, oferecendo meios consensuais para a solução de disputas. Em con-

sonância com os parâmetros da Resolução CNJ nº 125/2010, o NPSC2 atua por meio de seus órgãos de execução, que são os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) e o Centro de Conciliação 100% Digital (C100%). O Núcleo é coordenado pelo desembargador federal Luiz Antônio Soares e auxiliado pelas juízas federais Cristiane Conde Chmatalik e Karina de Oliveira e Silva Santiago.



EXPEDIENTE

Produção do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região (NPSC2)

Desembargador Federal Diretor-Geral

Luiz Antonio Soares

Desembargadora Federal Vice-Diretora-Geral

Leticia De Santis Mello

Juíza Federal Convocada em Auxílio

Cristiane Conde Chmatalik

Juíza Federal Convocada em Auxílio

Karina de Oliveira e Silva Santiago

Danielle Cruz Freire de Carvalho

Alessandra Amorim Soares

Alina Damacena de Amorim

Aline Silva Cunha

Carlos Felipe Borges da Silva

Fernando dos Santos

Jorge Henrique Alves Barros

Lucas de Sequeira Batista Levenhagen

Natália Azevedo Vieira

Raphaela Lisboa Soares de Bastos

Raphael de Araújo Rossi

Voner Miranda Martins

Gabriella Motta Gonzales Seba - estagiária

Jéssica Melgaço Santana - estagiária

Larissa Gomes Teixeira - estagiária